

Educere

Et

Educare

Revista de
Educação

ENTREVISTA

ENTREVISTA: PROFESSOR JOSÉ KUIAVA



Vol. 9 Número 18 jul./dez. 2014

p. 721 - 735

João Carlos da Silva¹

Lidiane Maciel Muffato²

Esta entrevista foi realizada com o professor Dr. Jose Kuiava. Ele possui graduação em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1969) e mestrado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas (1993). Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp (2012). Atuou como docente do curso de Pedagogia do Centro de Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), no Campus de Cascavel, participando da luta pela criação da UNIOESTE. Atualmente é professor aposentado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Seu doutorado, defendido em 2013, pela Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, discute a *Formação continuada de professores em terras de fronteiras - Oeste do Paraná: 1973-1992*. Neste estudo trata sobre as ações de formação continuada de professores, no período na região, espaço e tempo das obras da hidrelétrica binacional de ITAIPU. Grande parte deste período histórico é o da ditadura militar (1964-1985). O trabalho procurou preservar o sentido da historicidade pela indissociabilidade dos métodos de pesquisa e exposição das ações que foram organizadas, coordenadas e subsidiadas pelo Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai, Uruguai-MEC/OEA.

O referido projeto atuou no período de 1975 a 1983 atendendo pressuposto de que o empreendimento da ITAIPU provocaria mudanças sociais imprevisíveis na região fronteira com o Paraguai e a Argentina, que as ações de intervenção deveriam amenizar. Nesta entrevista, o professor Kuiava aborda sua chegada na região oeste do Paraná, sua trajetória como docente na UNIOESTE, suas experiências como coordenador do Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai, Uruguai, e comenta sua pesquisa no doutorado. Ao final, faz considerações sobre os desafios e as perspectivas da universidade pública. Vale a pena conferir!

¹ Doutor em Educação pela UNICAMP e professor da Unioeste

² Mestranda em Educação pela Unioeste

O que levou sua vinda à região oeste do Paraná?

Inicialmente, vou advertir que não quero constranger-me a nada na rememoração oral das minhas memórias ao contar, narrar e examinar no terreno de hoje o meu passado. Meu e de muitos outros. Nesse passado de montanhas de ruínas e escombros encontram-se soterrados acontecimentos e fatos que precisam ser reconstituídos em mosaicos de gente, de fatos e acontecimentos, de lutas e confrontos, do sentido reflexo da complexidade do todo e das partes, do estado emocional fervilhante e da objetividade da consciência da história sempre em aberto para muitas narrativas, rememorações, análises, reflexões e interpretações diversas e diferentes. Parece algo difícil, complexo. E é, ou acham que não? Se me permitirem, explico ligeiramente antes de responder propriamente a pergunta. Ao contar, narrar e examinar os acontecimentos e fatos dos quais fui ator, protagonista, co-inventor, co-proponente, coordenador e co-participante, o mais que posso fazer é atribuir sentidos e significados, relacioná-los com a realidade de hoje, mas jamais modificar a materialidade dos acontecimentos da história real. Um apelo à elegia da memória, onde as cinzas ainda incandescentes aquecem as tensões existenciais da história de experiências insubstituíveis. Aí eu lhes pergunto: como me desprender do pressuposto autobiográfico na continuidade da narrativa do passado? Preciso rememorar o mundo da política estudantil e operária clandestina, a juventude estudantil ativa, engajada, uma generosidade de sentido da militância estudantil daqueles anos de repressão sanguinolenta. Com certeza, com esta fala vou “deformar o real”, pois vou inserir algo a mais no real e omitir, excluir algo dos acontecimentos reais. Como a pergunta é aberta, as memórias obedecerão naturalmente uma narrativa dos fatos e dos acontecimentos, na ordem de sua gênese cronológica, sempre em conexão com as forças e com os agentes sociais em circunstâncias e condições históricas determinadas. Para esta situação, gosto usar uma categoria de Bakhtin: uma visão e exame da história no “grande tempo”, sempre além do “pequeno tempo”. Entendo, e estou convencido, que as rememorações precisam ser examinadas no meio e no contexto em que se deu a vivência do passado. E aí, é rigorosamente fundamental considerar e conhecer o meio e o seu horizonte – visão e concepção de mundo, da sociedade, da vida – do próprio falante entrevistado, dos perguntadores/entrevistadores e o horizonte dos cognoscíveis – sujeitos de quem se fala – para atingir níveis elevados e de profundidade da compreensão dos acontecimentos históricos específicos. Pretendo contar e narrar os acontecimentos – nominar atores, protagonistas, agentes sociais, instituições, cenários, público (“la rebelion del coro”) no jogo de estratégias de correlação de forças do modo como se combinaram as propostas, as intervenções, as ações naqueles momentos históricos. Mas, bem entendido, sem dar explicações definitivas, pois entendo que a história precisa dar suas interpretações diferentes, permanecendo os acontecimentos abertos para as diversas e diferentes explicações. Inclusive as explicações de vocês que me fazem as perguntas. No fundo, no fundo, quero pensar o passado pelo pensamento à esquerda – uma irônica e divertida história – construir uma imagem dialética das relações. Trata-se, aqui, de uma experiência que conheço mais: a minha. Isso acontece quando a gente tem uma apaixonada e racional participação na história. Uma vontade ilimitada de expressar a multiplicidade de conhecimento do mundo em que vivemos. Juntamente com as minhas lembranças do passado, preciso lembrar que o mundo é muito mais complexo, vasto e contraditório do mundo como o vemos, entendemos e escrevemos. É apenas um determinado modo de ver, lembrar e interpretar o mundo do qual sou um dos incontáveis atores. Atualizar os significados dos acontecimentos. Este foi o caminho de quem teve que conquistar o espaço do trabalho com dureza e risco. Vocês entendem. Para começar vou cavar pequenas memórias e lembranças nos escombros de Porto Alegre, que tem uma maior e mais forte ligação com a vida, com o momento histórico concreto, que determinou a minha vinda para o oeste do Paraná.

Como foi a chegada na região Oeste?

Literalmente, eu e minha companheira Lúcia Maria chegamos ao oeste do Paraná de ônibus. Trouxemos conosco três malas, sendo duas cheias de roupas e uma – a maior e mais pesada – entulhada de livros e apostilas de textos acadêmicos. Resolvemos deixar Porto Alegre por questão estratégica: fugir dos temíveis serviços secretos de vigilância e repressão do regime ditatorial – de ouvidos e olhos em mim – uma vez que eu fazia parte de um grupo subversivo de militância política de oposição à ditadura. Nas reuniões frequentes, sempre clandestinas, líamos e discutíamos o “*Livro Vermelho*” de Mao Tse-Tung. Um verdadeiro manual de guerrilha anticapitalista. Lá encontrávamos lições de princípios estratégicos e táticas de guerra contra o imperialismo capitalista e a ditadura no Brasil. Bebíamos com muita sede as lições para uma revolução armada contra a ditadura. Era altamente perigoso e fascinante, pois nos sentíamos guerrilheiros vigiados durante 24 horas por dia, mesmo assim havia um revigoramento das militâncias política, sindical e estudantil naquela conjuntura. Por obra disso, eu vivia verdadeiras revoluções interiores, existenciais e políticas. Vislumbrava a necessidade de grandes transformações do mundo e a extinção da ditadura brasileira. Mesmo que para isso fosse preciso encarar uma revolução. Certa feita, três companheiros do grupo, todos estudantes, foram presos, reclusos em celas individuais durante cinco dias, com sessões de torturas físicas, terrorismo psicológico, impedidos de dormir, sequer um instante só. Quando libertados, estavam totalmente aterrorizados e horrorizados. Traumatizados. Já no final do ano de 1970, após uma tentativa frustrada de sequestro do cônsul americano na inauguração de uma ala nova da Santa Casa de Porto Alegre, quando eu era um dos 4 sequestradores, por precaução e prudência, precisei conter a vocação guerrilheira e assumir a profissão de professor. Fazer revolução em classe escolar... Uma decisão muito difícil e dolorosa, mas necessária. Senti o coração partido de sentimento íntimo secreto. Podem crer. Um sentimento misto de frustração e revolta de um militante convicto e engajado. Naquele final de ano eu tinha sido aprovado em concurso de provas no curso de mestrado em Sociologia Rural, no Instituto de Estudos Econômicos da Universidade Federal de Porto Alegre, mas excluído em entrevista com 14 professores do curso, 7 dos quais norteamericanos, numa sessão de interrogatórios durante 4 horas, julgado “inconveniente” e reprovado rigorosamente por posições ideológicas. Dois professores daquele curso (Dr. Egon e Dr. Maurício), entendendo a minha situação, me aconselharam amigavelmente a deixar Porto Alegre. Outro fato naquelas circunstâncias foi decisivo para a saída de Porto Alegre. Ainda no mês de julho, um colega meu de 11 anos de seminário e faculdade, Juvêncio Mazzarollo, esteve por 15 dias em Porto Alegre fazendo curso de inglês. Há um ano e meio ele era professor suplementarista em Matelândia e buscou aperfeiçoamento em Porto Alegre. Aliás, como ele, muitos colegas ex-seminaristas capuchinhos, formados na faculdade de filosofia de Ijuí, já atuavam no oeste e sudoeste do Paraná, como professores suplementaristas. Naqueles anos o Paraná era uma verdadeira nova fronteira de horizontes abertos, com amplo campo de trabalho para os jovens recém-formados na faculdade de Ijuí. Exigia boa dose de coragem, elevado espírito de aventura, desprendimento familiar e acima de tudo, compromisso e sonho de transformações sociais e políticas do país. E aqui, muito a propósito, me veio à lembrança um pensamento de Mia Couto, citado pelo meu amigo Miguel Arroyo. Posso dizer? Mia Couto pergunta: “o que faz a estrada”? E responde: “é o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro” (Mia Couto, in Miguel Arroyo). Era uma questão de futuro. Meu e do Brasil. Exigia uma postura de abnegação e coragem.

Bem, antes da partida, era preciso resolver uma situação de natureza moral, dos bons costumes: casar. A Lúcia Maria e eu vivíamos juntos há um ano sem estarmos casados

na igreja, nem no cartório. Naqueles tempos, Porto Alegre já era uma metrópole moderna, uma mega cidade onde um rapaz e uma moça podiam viver muito bem juntos sem casar. Isso não causava escândalo, nem preconceito à sociedade portoalegrense, embora, fosse uma injúria e um sacrilégio para os pais e parentes do interior do Rio Grande do Sul. Vir trabalhar e viver numa minúscula cidade em meio à floresta, em plena formação e povoamento, era conveniente chegar casados. Assim, no dia 12 de fevereiro de 1971, em plena tarde de sol escaldante, casamos num cartório em frente ao majestoso e verdejante Parque Farroupilha. Feito isso, no dia seguinte do casamento, sem festa, sem altar, saímos de ônibus de Porto Alegre rumo à cidade de Palotina. Encaramos, em plena flor da juventude, os caminhos para o oeste do Paraná. Traçar e cavar caminhos de liberdade, democracia e transformações. Uma passagem por caminhos e fronteiras de três estados. Quando passamos pela cidade de Rio Negro, logo após a ponte sobre o rio de águas calmas e às margens da BR 116, vislumbramos uma placa enorme e imponente com a seguinte inscrição: “PARANÁ, AQUI SE TRABALHA”. Eram os anos do governo Paulo Pimentel. O otimismo, tanto no Paraná como no Brasil, era visual. Prenúncio dos anos do fatídico e fantasmagórico “milagre brasileiro”. O oeste, o sudoeste e o noroeste do Paraná apresentavam-se como uma nova fronteira de desenvolvimento e produção, novas oportunidades de trabalho para agricultores, comerciantes, profissionais liberais, professores, nos campos social, político, educacional, cultural. As correntes migratórias de ocupação e povoamento procediam de todos os pontos do Brasil, porém, os gaúchos e catarinenses predominavam.

Se o caminho da travessia geográfica – de Porto Alegre para Palotina, da metrópole para o extremo interior de fronteiras com Mato Grosso e Paraguai – foi muito longo, sinuoso, embora de paisagens místicas, encantadoras, a caminho da passagem na vida política foi muito mais vasto, cruel e radical. De militante político e revolucionário fui ser – de um dia para outro – Chefe de Gabinete do Prefeito de Palotina, João Bortolozzo, este eleito pela ARENA, partido de sustentação da ditadura, que eu tanto odiava e combatia. Na função de chefe de gabinete do prefeito – cargo de confiança política e ideológica de um prefeito que eu não conhecia antes, nem ele me conhecia – instituí e coordenei reuniões semanais com a equipe de secretários e diretores, uma dinâmica inovadora inédita no âmbito político e administrativo. Ganhei confiança do prefeito e de toda a equipe de secretários e funcionários. O Secretário de Educação, Laudelino Limberger, era ex-seminarista e expadre de formação humanística muito profunda, quase um pregador. Fizemos inovações na educação municipal muito interessantes: programação de cursos para professores, reuniões permanentes com os pais nas escolas do interior, cursos de educação sexual para crianças, para jovens namorados e noivos, e até para os casados. Tivemos a participação de um médico, também recém-chegado a Palotina. Tudo era novo. Tudo tinha a imagem do começo. De esperança alegre. A paisagem era tomada pela fumaça de uma floresta sendo derrubada e queimada pelo fogo. A Metamorfose da paisagem era trágica, devastadora. Mas de euforia incontida e de otimismo dos agricultores e comerciantes no progresso inédito da produção agrícola.

Além de chefe de gabinete, fui professor suplementarista do Ginásio Estadual Santo Agostinho – quatro turmas de adolescentes da 1ª série ginásial na disciplina de Educação Moral e Cívica. Foi um deleite. Fazia tudo ao contrário – do avesso – dos programas e manuais de caráter oficial. Em julho daquele ano saí de Palotina e fui a Porto Alegre fazer um curso de Dinâmica de Grupo do método de Lauro de Oliveira Lima, com o professor Pedro Montanari. Dinâmica de Grupo era quase moda naqueles anos. Era também uma ação pedagógica estratégica, um método disfarçado de formação política – consciência política coletiva. Era usado um livro do Lauro com o título: “Dinâmica de Grupo no Lar, na Empresa e na Escola”. Para mim foi uma verdadeira revolução no campo pedagógico-didático. Eu já adotava o trabalho em grupo, mas sem muita base teórica-metodológica. O curso era baseado na teoria da aprendizagem de Jean Piaget. Algo novo, recente.

Voltei a Palotina exultante. Apliquei literalmente o método de Dinâmica de Grupo nas 4 turmas da 1ª série ginásial, na Escola Normal e no Colégio Secundarista da CNEC – Campanha Nacional de Educação da Comunidade. Os alunos adoravam as aulas. Todos tinham e desempenhavam o seu papel em sala de aula. As carteiras eram dispostas em grande círculo, mais perfeitamente possível de modo que todos podiam ver todos. No círculo não há hierarquia de autoridade e poder. Todos participam da aula em igual condição, não há imposturas. O papel do professor passa a ser de um animador, coordenador e garantidor da participação de todos. A participação ativa dos alunos era emblemática. Valia a criatividade, a imaginação, a originalidade e a expressão de talentos subjetivos de cada aluno. Ninguém faltava, nem atrasava às aulas. Sem aplicação das normas disciplinares havia uma participação voluntária ativa dos alunos nas atividades escolares. Certa manhã, após o Ato Cívico – canto do Hino Nacional e preleções cívicas – a diretora do ginásio anunciou a dispensa das aulas, pois à noite os ladrões tinham arrombado a secretaria. De imediato, os alunos adolescentes de duas turmas foram correndo até a diretora e clamando para que as aulas de Educação Moral e Cívica não fossem dispensadas. O fato gerou alegria para uns colegas professores e ressentimento para outros. Principalmente para alguns professores que se sentiram desprestigiados diante da algazarra dos demais alunos pela dispensa das aulas.

Para mim, a utilização em sala de aula do método de dinâmica de grupo em Palotina foi a base, os fundamentos teórico-metodológicos da minha trajetória de vida profissional. Nunca mais ministrei aulas em sala com carteiras perfiladas em filas. Salas de aula somente em círculo.

Em Palotina, também fui professor na Escola Normal e no Curso de Contabilidade. Lá também adotei o Método de Dinâmica de Grupo. Organizei um Grupo de Teatro Amador com estudantes, colegas professores e funcionários da prefeitura. Na condição de diretor, montamos a peça teatral “Quem Casa Quer Casa”, de Martins Pena e apresentamos em diversas sessões em Palotina e nas cidades de Toledo, Matelândia, Medianeira. Algo inusitado. Ousado. Além do teatro amador, organizamos um grupo de secretários e funcionários da prefeitura para arrecadar dinheiro e comprar livros para a biblioteca municipal. A aceitação e apoio foram incríveis: comerciantes, políticos, funcionários, agricultores fizeram doações surpreendentes. Foram comprados aproximadamente três mil livros desde enciclopédias até literatura infanto juvenil. Criamos um grupo de leitura com professores e estudantes. Isso em 1971.

A minha permanência em Palotina foi exatamente por um ano. Em fevereiro de 1972 fui visitar colegas de seminário e de faculdade em Matelândia – Juvêncio Mazzarollo, Sérgio Marson e Adelar Bianchi. Eles estavam em Foz do Iguaçu participando de um curso para professores estaduais, promovido pela Secretaria de Educação do Estado de Curitiba. Lá fui apresentado para a coordenadora do curso, professora Diva Vidal, de Curitiba e ela, mais que de pressa me convidou para participar do curso mesmo com um dia de atraso. Este foi o primeiro dos inúmeros convites, que recebi na sequência das atividades em Foz do Iguaçu. Na programação do curso denominado Atualização Pedagógica Para Diretores e Professores do Ensino Médio, 72 horas, havia atividades no método de Dinâmica de Grupo, a cargo da professora Zoé, de Curitiba. Quando a professora soube que eu tinha feito o curso em Porto Alegre, convidou-me para ajudá-la na coordenação. Foi o momento de grande entusiasmo na vivência do método e particularmente uma provocação com as teorias de aprendizagem de Jean Piaget, que ninguém conhecia. No último dia do curso veio outro convite: o diretor do Ginásio Estadual Dom Manoel Konner e do Colégio Estadual Agrícola Manoel Moreira Pena, ambos de Foz do Iguaçu, professor Narciso Valiatti, me convidou para trabalhar com ele. Ofereceu-me 33 aulas semanais, carga máxima permitida pelo Estado. Trabalharia como professor suplementarista e também como Orientador Pedagógico e Educativo no Colégio Agrícola. Era sonho antigo trabalhar e morar em Foz do

Iguaçu. Ainda na sexta-feira à tardinha aluguei um caminhão e fui à Palotina buscar minha esposa e um pouco de pertences que lá tínhamos adquirido. Foi doloroso deixar colegas professores, estudantes e políticos daquela cidade em pleno desenvolvimento.

Foz do Iguaçu – 1972 – passa ser o grande marco da minha vida profissional e familiar. Lá vivi e trabalhei durante 15 anos. Em Foz do Iguaçu nasceram a minha filha e os dois filhos. Espaço e tempo de sonhos, ousadia, propostas de trabalho inovadoras, ampliação dos horizontes no “grande tempo” – uma visão de ação regional. Foz do Iguaçu foi o cenário inicial da minha tese de doutorado, razão pela qual não vou narrar em maior amplitude a minha atuação profissional. Seria repetitivo, portanto sem graça e sentido. Entretanto, cabe fazer algumas referências mais pontuais da trajetória. Na condição de professor suplementarista na disciplina de Moral e Cívica em quatro turmas da 4ª série ginasial noturna, apliquei com muito entusiasmo o método de Dinâmica de Grupo. Os estudantes eram adultos e trabalhadores. Muitos militares do exército e da marinha. As sessões de aula eram vibrantes com a participação dos estudantes, entusiasmo quase incontido. Um mês após o início das aulas, o diretor e os professores pediram para que eu ministrasse um curso em Dinâmica de Grupo. A Inspeção Regional de Ensino suspendeu as aulas na forma sequencial por três semanas e organizou três turmas de professores nos colégios Dom Manoel Konner, Monsenhor Guilherme e Agrícola. Ministrei os cursos com base no livro de Lauro Oliveira Lima. A reprodução foi feita no mimeógrafo. A minha esposa datilografou nas noites e finais de semana e as cópias eram reproduzidas na pensão onde morávamos. O curso de 40 horas teve aceitação plena por todos os mais de 100 professores. A repercussão positiva foi para além dos muros dos colégios. Adentrou os gabinetes e salas dos quartéis, da prefeitura, das empresas hoteleiras e dos próprios lares. Passei a ministrar cursos em agências de serviços tipo SESC, ACIFI, etc. Os cursos eram ministrados gratuitamente.

Nos colégios houve uma verdadeira quebra dos paradigmas da didática tradicional conservadora, em que o professor era o que “sabia e ensinava” e os alunos, os que não “sabiam e tinham que aprender”. Os professores passaram a adotar o método da Dinâmica de Grupo em todas as aulas. Em seguida recebi o convite da Inspeção Regional de Ensino para ministrar o curso em todos os municípios daquela inspeção, nas cidades de São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e nos distritos de Sta. Terezinha e Vera Cruz. Ao mesmo tempo que conhecia os professores e os colégios da região, fui também conhecido na região.

Em julho de 1972 – quatro meses de ação em Foz do Iguaçu – o professor Narciso Valiatti me convidou para o cargo de diretor do ginásio, pois ele queria ficar apenas na direção do Colégio Agrícola. Aceitei o convite, embora com muito receio e medo dos coronéis e generais no comando da prefeitura e dos quartéis de Foz do Iguaçu. Dias depois, fui convocado pelo então Secretário de Estado da Educação para ir à Curitiba e tomar posse no cargo de Diretor do Ginásio Dom Manoel Konner. Exerci o cargo durante um ano e meio. Nesse tempo, merecem destaque a organização de movimentos de professores em nível estadual – Sindicato Estadual de Professores – e de estudantes – grêmios estudantis; organização dos Primeiros Jogos Estudantis de Foz do Iguaçu, com participação de todos os colégios da cidade; criação da Associação dos Artistas Plásticos de Foz do Iguaçu – ACAPI; organização do Grupo de Teatro Amador; organização do Madrigal ACAPI; organização do 1º Festival de Cultura de Foz do Iguaçu. Eu sempre na condição de mentor e coordenador.

Para o ano letivo de 1973, com base no pressuposto segundo o qual a escola se faz e constitui com “professores qualificados, titulados e comprometidos”, formei o novo quadro buscando professores fora da cidade de Foz do Iguaçu. Assim, vieram 12 professores, todos com registro no MEC, sendo 4 de Palotina, 2 de Vera Cruz do Oeste, 1 de Matelândia, 3 de Ijuí e 2 de Passo Fundo, todos ex-colegas de seminário e de faculdade, formados em faculdades no Rio Grande do Sul. Este fato criou irritação aos moradores mais antigos de Foz do Iguaçu ao ponto de um vereador vociferar em sessão da Câmara: “é

preciso dar um basta neste gaúcho que se apoderou do Manoel Konner e abriu as porteiças para a gauchada entrar. Precisamos garantir lugar para os filhos de Foz do Iguauçu”, finalizou. Aí, tive que contornar politicamente esta situação, recorrendo às estratégias e habilidades do professor Valiatti, que era muito inteligente e habilidoso em tais assuntos. Formado em história na PUC-Rio, com estudos de um ano na Grécia, colega e amigo da filha do General Ernesto Geisel.

Em janeiro de 1974 veio outro convite. A Inspectora Regional de Ensino, Iracema Curra Dariz, decidiu deixar o cargo e me convidou para substituí-la. Ela já tinha comunicado a sua decisão ao prefeito de Foz do Iguauçu e este, Cel. Caetano Pinto, submeteu à apreciação dos demais prefeitos da região. Aí, meio que depressa, o prefeito de Céu Azul, Nilo Deitos, articulou com os demais colegas de Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguauçu e Santa Helena a assinatura de uma carta de Indicação e Apoio, assinada por todos, ao Secretário de Estado da Educação, Paulo Martins de Oliveira. Mas tinha um porém. O prefeito de Foz do Iguauçu nomeado – aliás, todos os prefeitos dos municípios da Faixa de Fronteiras eram nomeados pelo governador do Estado, e não eleitos – e ele pediu para submeter o nome aos comandantes das Forças Armadas de Foz. Aí, numa manhã aparece o motorista com o carro oficial da prefeitura e diz ao diretor do Colégio Agrícola: “o prefeito Coronel Caetano mandou buscar o professor Kuiava para levar à casa dele”. Eu ouvi a ordem na sala ao lado do gabinete do diretor Clóvis Manoel Penna e me apresentei. Imaginam o meu estado emocional, sem saber do que se tratava. Ao adentrar na casa do prefeito, na Avenida Brasil, fui recebido pelo Coronel Caetano, pelo comandante do Batalhão do Exército, pelo Capital da Marinha, pelo Capitão da Aeronáutica, pelo Diretor da Polícia Federal e pelo Diretor da Receita Federal. De maneira rigorosamente formal, o Coronel Caetano, em nome dos presentes e dos prefeitos, me fez o convite para o cargo de Inspetor Regional de Ensino da 44ª IRE. Eu achei que iria ser preso, quando vi todos aqueles coronéis, gerais e capitães me recepcionando. No dia 11 de fevereiro de 1974 o Secretário Cândido Martins de Oliveira foi à Foz do Iguauçu especialmente para me dar posse no cargo. É bom anotar que naqueles anos qualquer motivo era um bom pretexto para ir à Foz do Iguauçu por conta das maravilhas do mercado e do Cassino no Paraguai.

A partir daí o espaço geográfico e funcional ampliou-se muito para mim. Atender o sistema estadual de educação de seis municípios do extremo oeste – Faixa de Fronteiras – foi um belo e ousado desafio para quem pretendia lutar pela democracia e superar o regime ditatorial. Adotei um sistemático e rigoroso programa de visitas periódicas aos prefeitos, secretários municipais de educação, inspetores auxiliares de ensino, diretores de colégios estaduais e às Associações de Pais e Professores, promovendo reuniões abertas para planejar, discutir e organizar programas de políticas de educação em cada município, individualmente e na região, coletivamente. Além das reuniões de planejamento eram organizados e realizados muitos cursos de atualização pedagógica para diretores, professores e supervisores de ensino, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação e o CETEPAR – Curitiba.

Bem, se me estendi demasiadamente na narrativa dos fatos daqueles anos foi para situar no espaço e tempo, nos horizontes ideológicos, as circunstâncias e condições da continuidade do meu trabalho a partir de 1974, no advento do projeto megalômano da maior usina hidrelétrica do mundo: a ITAIPU Binacional. E por conta das obras da ITAIPU – poderíamos dizer “com a ITAIPU” – vem muita coisa boa e ruim para Foz do Iguauçu.

No período de 1975 a 1983 você esteve a frente como coordenador no Paraná do Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai, Uruguai- MEC/OEA. Gostaríamos que comentasse como foi essa experiência.

Uma das coisas boas que vieram com a ITAIPU para Foz do Iguauçu e o oeste do Paraná foi a presença e atuação do Projeto Especial MEC/OEA. Explicando melhor: não foi a ITAIPU que trouxe o Projeto. A ITAIPU foi apenas o pretexto. Era muito justa e louvável a ideia e a pretensão de amenizar as transformações, os impactos, as intervenções bruscas e

brutais que o gigantesco empreendimento veio causar, desde as transformações da paisagem natural da geografia – uma barragem para represar o indomável rio Paraná e formar o Lago de Foz do Iguaçu até Ilha Grande de Guaira, afogando as estrondosas e maravilhosas Sete Quedas – das alterações e metamorfoses na paisagem urbana de Foz do Iguaçu, com novo plano e traçado de avenidas, ruas, prédios, jardins, praças, vilas, bosques, clubes, etc. E, acima de qualquer coisa, as mudanças e transformações da paisagem humana – novos rostos, novas cores das peles corpóreas, novas e polifônicas vozes, novos sotaques, novas línguas, novas linguagens na fala, novas cores e formas de vestir, novos costumes, novas crenças religiosas e credences místicas, novas receitas e novos temperos na comida, etc. Imaginem o impacto de tudo isso na educação, no comércio.

O mentor intelectual do Projeto Especial, Armando Hildebrand, era um profissional inteligente e muito habilidoso na política brasileira, política latinoamericana e política imperialista americana. Com vasta e profunda experiência na educação brasileira – era Diretor Geral do Ministério da Educação no período do ministro Darci Ribeiro, além de amigo pessoal. Com o golpe de 64 foi convidado a sair do Brasil – era irmão do General Hildebrand – e foi trabalhar no escritório da OEA em Washington. Lá, ele planejou o Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai, Uruguai - MEC/OEA e trouxe, via MEC-Brasília, exatamente para atuação nas fronteiras Brasil-Paraguai, no Paraná, e Brasil-Uruguai, no Rio Grande do Sul. Na verdade o Projeto Especial trouxe dólares, ideias, projetos e estratégias incríveis de ação e intervenção no oeste do Paraná. Sem dúvida, hoje estou convencido, não por crença, mas por fatos e acontecimentos reais históricos, de que o oeste do Paraná seria outro, caso não houvesse a presença e ação – a forma de atuação e aplicação dos milhões de dólares – do Projeto Especial MEC/OEA no período de oito anos – 1975 a 1983.

Bem, fica a pergunta: como eu fui parar na coordenação do Projeto no Estado do Paraná? Havia tantos profissionais – diplomatas, relações públicas, educadores – de confiança política e ideológica do bloco no poder da ditadura, em Brasília, em Curitiba e em Foz do Iguaçu, mais experientes que eu e porque não ocuparam este cargo? Esta história eu conto e analiso com mais precisão na minha tese. Não convém repetir aqui, agora. Mas foi mais um convite pessoal e direto do Dr. Armando Hildebrand, do Departamento Educativo da OEA, e do Dr. Sandoval Machado, do Ministério da Educação, Brasília. O Secretário de Estado da Educação, Francisco Borsari Netto, e o Diretor Geral, Ernesto Knauer, me incumbiram de recepcionar os emissários da OEA e do MEC em Foz do Iguaçu. A chegada e recepção foram singelas. Naqueles acontecimentos, nasceu ali mesmo uma simpatia e confiança mútuas. Uma identidade ideológica estrategicamente silenciosa, escondida da parte deles e da minha parte. Durante o ano de 1975 eu fiquei na condição de representante da Secretaria de Educação, encarregado de recepcionar os diretores do Projeto de Brasília, organizar visitas, recepções, reuniões junto aos órgãos de Foz do Iguaçu – prefeituras, ITAIPU, colégios, escolas. Isso no primeiro momento. Mas logo em seguida, por minha proposta, acatada e dinamizada pelos doutores Armando Hildebrand e Sandoval Machado, a ação se estendeu aos municípios de Toledo, Cascavel e Medianeira, com visitas agendadas com os prefeitos, secretários, Inspectores de Ensino, diretores de colégios e também com a AMOP, a COTRIGUAÇU e a FECIVEL. Esta foi a estratégia para que os dólares não fossem parar no canteiro de obras da ITAIPU, mas nos municípios do oeste do Paraná. A recepção foi sempre cordial por duas razões: a primeira, pela simpatia do Dr. Armando Hildebrand e suas ideias, propostas e programas; a segunda, os dólares da OEA para financiar programas, projetos e ações junto às prefeituras, cooperativas, faculdade. A contra partida das instituições e dos organismos da região era a cedência de instalações e pessoal, via de regra, os equipamentos necessários eram comprados com subsídios do Projeto e os funcionários que atuavam nos projetos tinham complementação de salários também pelo Projeto. As passagens e diárias de viagens do pessoal que atuava nos programas eram pagas pelo Projeto. Todo o orçamento das atividades era feito em dólares, convertido em moeda

nacional no dia do pagamento. Desta forma, nunca havia prejuízos inflacionários.

Em fevereiro de 1976 recebi o convite dos doutores Armando e Sandoval para coordenar o Projeto no Estado do Paraná. Agora com contrato diretamente com a Secretaria Geral da OEA-Washington. O contrato sempre foi em dólar americano durante os oito anos de coordenação do Projeto. Como isso está narrado e analisado na tese, vou relacionar algumas ações de maior volume e maior impacto que o Projeto propiciou no oeste do Paraná. Para melhor e maior visibilidade, vou organizar as ações em quatro grandes campos, de forma bem sintética.

Primeiro campo – Aquisição e fornecimento de equipamentos, papel em resmas e material bibliográfico. Os equipamentos mais solicitados pelas prefeituras e escolas eram os áudio-visuais – projetores de slides, máquinas fotográficas, mimeógrafos, gravadoras de estêncil elétrico, etc. - equipamentos usados na realização das atividades de educação e cultura, preferencialmente. As prefeituras de Foz do Iguaçu, Medianeira, Cascavel, Toledo (Casa da Cultura) e a FECIVEL foram as entidades que mais receberam tais equipamentos. Mais tarde, quando foi organizada e criada a Associação Educacional do Oeste do Paraná – ASSOESTE – sucedânea do Projeto Especial – foi montada e instalada uma gráfica moderna e totalmente financiada – sob os auspícios – pelo Projeto MEC/OEA. Inclusive os salários dos próprios diretores e funcionários da ASSOESTE e da Gráfica/Editora foram subsidiados pelo Projeto até o fim de 1983, quando o Projeto encerrou suas atividades no oeste do Paraná. As toneladas de papel, a tinta, as chapas, etc, tudo era subsidiado pelo Projeto. Foram comprados pelo Projeto mais de 20 mil livros e doados às bibliotecas municipais, das faculdades e algumas escolas do Oeste do Paraná e da FUNDEPAR, em Curitiba.

Segundo campo – Estudos, pesquisas, diagnósticos e planejamento. Todos os programadas, projetos e ações que o Projeto Especial propôs, desenvolveu e subsidiou tiveram sua origem e base estruturante em estudos, levantamentos de dados, diagnósticos e pesquisas. Via de regra, desenvolvidos por organismos e instituições universitárias especializadas – IPEA, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Paraná, FUNDEPAR/Curitiba, FIDENE/ Ijuí/RS. Todos os programas eram rigorosamente centrados em reuniões amplas e abertas, com participação de dirigentes de Brasília, Curitiba e da região oeste, assessorados por especialistas convidados para ministrar cursos intensivos, baseados em métodos e técnicas numa perspectiva crítica, de abrangência rigorosamente regional e de intervenção para mudanças. Os programas eram norteados e estruturados com base e fundamento nos princípios de participação, de integração e desenvolvimento regional, de avaliação permanente dos programas e ações, e de continuidade dos programas. Havia uma diretriz metodológica central, que se constituía como âncora das ações: “Planejamento Centrado em Problemas”. Problemas entendidos como realidades históricas regionais determinadas. No caso, realidades regionais estudadas, pesquisadas, diagnosticadas. Como destaque destes estudos, vou mencionar quatro projetos.

a) Diagnóstico Sócio-Econômico-Educacional de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Uma pesquisa inédita e única no gênero e método do Paraná e, talvez, do Brasil. Os dados, informações e análises estão contidas em dois volumes de mais de 1.500 páginas. A base referencial sobre a qual e a partir da qual foram propostos e estruturados os programas/projetos/atividades na 21ª microrregião, a partir de 1977, está nas informações do Diagnóstico e Prognóstico.

b) Programa de Desenvolvimento Regional. Dos Estudos e Pesquisas realizados sobre as “potencialidades e carências” do oeste do Paraná resultou o Programa de Desenvolvimento Regional, com o envolvimento e participação da AMOP, COTRIGUAÇU, as faculdades – FECIVEL, FACISA, FACITOL e FACIMAR – a ASSOESTE, as prefeituras municipais, a FIDENE, sob os auspícios e coordenação do Projeto Especial.

c) Projeto Memória. Um programa inédito no Paraná de caráter inovador de grande impacto e de poder de mudanças na concepção, visão e na metodologia dos Estudos Sociais do ensino de 1º grau no oeste do Paraná. Foram produzidos – escritos por

professores e “intelectuais do povo” – mais de dois mil textos, dos quais nasceu e foi editado o livro “Repensando o Oeste”, que passou ser usado nas escolas do oeste do Paraná.

d) Programa de Educação Cooperativista. Foram realizados estudos e pesquisas do processo de criação e organização das cooperativas agrícolas do oeste do Paraná e seu papel na modernização da agricultura. Como resultado dos estudos, foi organizado e editado o livro “Elementos de Cooperativismo e Administração Rural”, com textos elaborados por professores da FIDENE.

Estes programas de pesquisa são analisados na minha tese, com maior abrangência e profundidade. E o material original e único encontra-se no Arquivo Central da biblioteca da UNIOESTE-Campus de Cascavel. É objeto de estudos e de organização de Projeto do professor João Carlos da Silva e da acadêmica Lidiane Maciel Mufatto, 2011.

Terceiro Campo – Produção de Material Didático. Entre as propostas mais inovadoras e ousadas no âmbito dos agentes educacionais da região foi a decisão de produzir material didático próprio para o ensino de 1º grau. Essa decisão envolvia a elaboração de materiais didáticos na área da Alfabetização, Integração Sociais (História e Geografia), Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa) e Ciências (Matemática e Biologia). Os pesquisadores, educadores e professores elaboravam estes materiais e a ASSOESTE imprimia e distribuía para todos os municípios do oeste, usados em todas as escolas municipais e estaduais, e algumas escolas particulares também. Neste programa foram elaborados os livros: Período Preparatório, A Porta Mágica (alfabetização), Repensando o Oeste do Paraná (Projeto Memória-Estudos Sociais), Metodologia de Ensino-Enfoque Integração Social, O Texto na Sala de Aula.

A cartilha de alfabetização foi impressa aos milhares. Em 1984, uma prefeitura do nordeste do Brasil solicitou 150 mil exemplares da Porta Mágica. A Coletânea O Texto na Sala de Aula, organizado por João Wanderley Geraldi, da UNICAMP, revolucionou o método de ensino da Língua Portuguesa, primeiro no oeste do Paraná, em seguida no Paraná e depois no Brasil inteiro. Até hoje o livro é usado nas escolas e universidades Brasil a fora. No mês de julho deste ano, serão celebrados os 30 anos do livro no 19º COLE, na UNICAMP. Naquela ocasião, será lançado um livro, com um capítulo de minha autoria com o título: “O Nascimento do livro: O Texto na Sala de Aula”.

A partir deste método, foram editados pela ASSOESTE dezenas de livros, escritos por crianças e adolescentes nas escolas de 1º grau, contando e dizendo suas histórias. Algo maravilhoso, e único.

Quarto campo. Formação continuada de professores. Aqui fica impossível – e também desnecessário, porque repetitivo – dizer e analisar todas as ações desenvolvidas no período do Projeto Especial e da ASSOESTE de 1973 a 1990, pois este foi o objeto da investigação da minha tese. Entretanto, o fato de trazer para o oeste do Paraná, no período de plena ditadura, professores da FIDENE/Ijuí, da UNICAMP, da FGV/IESAE/Rio de Janeiro, todos numa perspectiva do método dialético materialista-marxista, foi um ato estratégico, ousado e ideológico, mas de plena consciência política do Ar. Armando Hildebrand, do professor Ivo Oss Emer e de minha consciência política e intencionalidade para mudanças.

Os acontecimentos que marcaram profundamente os professores das faculdades do oeste com o pensamento marxista e o método dialético foram os cursos de especialização, sendo um Planejamento e Administração da Educação, com professores do Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas e outro em Língua Portuguesa para Professores do Ensino Superior, ministrado por professores do Instituto de Estudos Linguísticos - IEL, da UNICAMP. É possível ter uma ideia dos impactos, as perturbações ideológicas, intelectuais e existenciais que o curso gerou nos professores da FECIVEL, FACISA, FACITOL e FACIMAR ao se depararem com aulas de Cândido Grzybowski, Gaudêncio Frigotto, Luiz Antônio Cunha, Elter Dias Maciel, Carlos Alberto Plastino, Manoel Soares de Jesus (todos marxistas autênticos), Ruben Alves, Osmar Fávero e

outros, lendo e expondo textos de Marx, Gramsci, Kosik, Goldmann, Löwy, Poulantzas, Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Francisco de Oliveira, Dermeval Saviani e de outros tantos teóricos do pensamento marxista. Foi o grande e ousado começo da gestação e geração do pensamento teórico-metodológico que definiu os pressupostos para a concepção e implantação de uma universidade crítica e democrática, de natureza pública estadual de caráter regional, a nossa Unioeste. Este curso foi realizado na FECIVEL em 1982, sob e patrocínio do Projeto Especial.

Outro curso, simultâneo ao primeiro, também realizado na FECIVEL, foi o curso com professores da UNICAMP. Vieram aqui os professores João Wanderley Geraldi, Sírio Possenti, Luiz C. Cagliari, Jesus Antônio Durigan, Milton José de Almeida entre outros, trazendo propostas inovadoras e instigantes na concepção e no ensino de Língua Portuguesa. Os resultados apareceram ainda no decorrer do curso. Os estudantes do 2º ano do curso de letras da FECIVEL, orientados pela professora Maria Tereza Abreu Figueiredo, escreveram contos individuais e a ASSOESTE editou sob o título “Nos Escrevemos Assim”. Alguns daqueles acadêmicos autores, hoje são professores doutores da própria Unioeste.

Bem, sobre isso há muita história ainda a pesquisar, conhecer, analisar e escrever.

Quais as principais atividades ou funções assumidas enquanto professor da Unioeste?

A minha atuação na área do ensino superior no oeste do Paraná começa ainda nos anos de 1976-77 em diante. Inicialmente fornecendo equipamentos, material audio-visual e livros, muitos livros, à FECIVEL. Logo mais, foram realizados diversos cursos para Auxiliares de Biblioteca, Educação Especial, Língua Portuguesa (professores Sírio Possenti e Dionísio da Silva, da FIDENE) e muita assessoria técnica no planejamento da FECIVEL.

Em 1978-79 fui um dos mentores do projeto e presidente da Comissão que fez os estudos e os procedimentos da criação da Fundação Educacional de Foz do Iguaçu -FUNEFI e da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - FACISA, de Foz do Iguaçu. Em 1981 passei ser professor da FECIVEL, nos cursos de Pedagogia, Letras e Enfermagem. Aí, só parei em 2014, quando fui aposentado compulsoriamente, contra minha vontade. Além de professor, fui Diretor da FECEIVEL, eleito pela comunidade universitária, no período de 1986 a 1988, quando interrompi o mandato por assumir o cargo de Diretor Presidente da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná – FUNIOESTE. Cargo que correspondia ao de reitor, antes do reconhecimento da UNIOESTE. Para este cargo fui eleito pela comunidade universitária já dos 4 campi – Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondo e Toledo – no período de 1988-1992. No desempenho destes cargos exerci o papel de coordenador, de certa forma, como um dos mentores intelectuais do projeto e modelo de universidade que constituiu a UNIOESTE. Estrategicamente, alimentei intelectualmente o movimento político – forças da comunidade acadêmica e forças da sociedade civil, agentes políticos, imprensa, sindicatos, organizações empresariais, instituições religiosas, organizações estudantis e uma infinidade de agentes sociais que atuaram em prol da estadualização das quatro faculdades e da criação da universidade regional. A UNIOESTE nasceu do movimento das forças sociais, políticas, culturais do oeste do Paraná. A concepção, a gestação, o nascimento e desenvolvimento da UNIOESTE são coletivos. Portanto, o berço da UNIOESTE é a democracia. No período de 1996-2000 fiz parte da equipe da gestão do professor Erneldo Schallenger, nos cargos de Assessor de Convênios e Assessor de Planejamento. Naquele período fui o mentor e coordenador da implantação dos cursos da UNIOESTE em Santa Helena – Pedagogia, Biologia, Educação Física e Administração. Foi um período de grandes e importantes convênios de compartilhamento e intercâmbio da UNIOESTE na região, no Estado do Paraná, no Brasil e fora do país.

Em 2013 você defendeu sua tese de doutorado junto ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Gostaríamos que nos falasse sobre a importância deste trabalho acadêmico depois de muitos anos de atuação como professor da UNIOESTE e o que motivou a produzir este trabalho.

Aos 66 anos de idade e depois de 40 anos de professor, voltar a ser aluno, voltar a estudar em sala de aula, foi algo fascinante e delicioso. O projeto de doutorado sempre esteve presente na minha vida universitária, mas por conta dos cargos e funções que exerci fui adiando até 2010. O sonho mais antigo era fazer doutorado com projeto em Educação e Literatura ou Ciências Políticas na UNICAMP ou na USP. Cheguei propor um projeto sobre “A estética dialética na obra literária de Ítalo Calvino”. Sempre na perspectiva da interseção entre a literatura e a educação. Submeti o projeto à apreciação de João Wanderley Geraldi, Gaudêncio Frigotto, Milton José de Almeida, Ezequiel Teodoro da Silva e Lourdes Kaminski. Todos elogiaram o projeto, mas reconheceram que era difícil alguém assumir a orientação. Ai o João Wanderley Geraldi foi categórico e impiedoso. Escreveu: “você precisa, você tem a obrigação de investigar e escrever a história da educação do oeste do Paraná, da qual você foi o coordenador e protagonista”. E também começou a me encaminhar e orientar nos procedimentos para ingresso na Faculdade de Educação da UNICAMP, em 2009. Para o afastamento da UNIOESTE tive que enfrentar um abismo monstruoso: a proibição do afastamento por força de dispositivo regulamentar interno da UNIOESTE. Mas, acima de tudo, por força do assédio moral do próprio reitor naquele ano. Tive que recorrer à Justiça Civil para garantir o direito de estudar aos 66 anos de idade e já com mais de dois terços de vida profissional. Assim, me senti duplamente recompensado, pelo direito ao doutorado e pela sentença do juiz, em declarar inconstitucional o dispositivo regulamentar da UNIOESTE em vigor. A resolução teve que ser alterada e muitos colegas usufruíram dos seus benefícios. Ai, o doutorado foi concluído na UNICAMP. Além dos estudos formais, como requisitos teóricos, fiz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada - GEPEC, na Faculdade de Educação, coordenado pela professora Corinta M. Grisólia Geraldi, também minha orientadora, sendo co-orientador, o professor João Wanderley Geraldi. Fiz parte, ainda faço até hoje, do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso - GEGE/UFSCar. Neste último grupo tenho participado de estudos, debates e da organização dos Círculos de Bakhtin, com publicação de diversos capítulos de livros editados pela Pedro e João Editores. Quanto à tese defendi em 14 de dezembro de 2012. Isso quer dizer que fiz o meu doutorado em 2 anos e 9 meses. Algo inédito na Unioeste. O título da tese é: Formação Continuada de Professores em Terras de Fronteiras - Oeste do Paraná - 1973-1992, com 607 páginas. Não cabe aqui discorrer sobre a tese. Aos que desejarem e tiverem interesse de conhecer este período da história da educação do oeste do Paraná, proponho e desejo uma boa leitura.

Para finalizar, como você avalia a educação brasileira na atualidade, em especial a condição na universidade pública?

Bem, vou direto à espinha dorsal da nossa educação contemporânea. É preciso eliminar na base e com urgência a pedagogia das câmeras nas escolas. Com o fim das câmeras, é preciso por fim, de uma vez para sempre, do sagrado, venerável e decantado princípio pedagógico do “vigiar e punir”, do “monitorar para castigar”. Com o fim das máquinas eletrônicas planetárias de controle, como material pedagógico, de disciplinarização precisamos eliminar a pedagogia do aço e a pedagogia do concreto da arquitetura escolar. É preciso desnudar, derrubar, os fatídicos muros prisionais, erguidos em concreto armado, tijolos, com portões e grades de aço em alturas imponentes, que

escondem os espaços pedagógicos interiores das nossas escolas. A arquitetura prisional das escolas é a mesma arquitetura dos hospitais, dos quartéis, das cadeias carcerárias. O fim primeiro e último da arquitetura destes espaços é guardar, disciplinarizar e aprisionar corpos humanos, com o falso e decantado pretexto de “garantir a segurança das pessoas”.

Juntamente com o fim da pedagogia das câmeras, dos radares, dos muros de aço e concreto, das grades, dos vigias, das rondas escolares, etc, é preciso dar fim à prática pedagógica do princípio do vigiar e punir, em pleno vigor ditatorial. Os mais assustados e exaltados podem, com certeza, perguntar: “e o que colocar no lugar do vigiar e punir? O que colocar no lugar das câmeras, dos muros, das cercas eletrificadas, dos portões que garantem a segurança da escola? Que protegem a escola e quem nela trabalha e estuda?” Eu respondo: nada! Não coloquem nada no lugar daquilo que origina e causa os males, as doenças à formação e educação humana. Eu pergunto: o que a gente faz quando alguém é infectado pela poliomielite? Simplesmente elimina o vírus causador e não coloca nada em seu lugar. Embora, na educação é preciso instituir a pedagogia do diálogo no lugar da ordem e impostura, a pedagogia da auto-responsabilidade no lugar do vigiar e punir, a pedagogia da fala e da escuta, quer dizer, da conversa livre, criativa, inventiva no lugar da pedagogia do repetir e memorizar fórmulas e teoremas. Uma escola sem muros, sem portões, sem câmeras, sem cercas de arame farpado e eletrificado, será uma escola de responsabilidade de todos: diretores, orientadores, supervisores, professores, funcionários, alunos, pais de alunos, moradores da comunidade. Todos cuidarão da escola porque farão parte da escola. Ninguém irá depredar a escola se todos forem responsáveis por ela. Quem sabe, pensar e ousar uma “pedagogia da imaginação”, como propôs Ítalo Calvino?

Quanto à universidade pública – sua situação, modelo, perspectivas para o futuro – estou preocupado com ela ao ponto de quem está sendo tomado por um sentimento de desconforto e decepção. Vejo a universidade burocratizada e burocratizante. Ela aceita mesquinamente conformista e a burocratização externa dos órgãos superiores que a sustentam e lhe ditam as leis, regulamentos, normas e critérios de qualidade. Que, na prática, os critérios de qualidade são exclusivamente valores quantitativos. O que vale – e é avaliado como tal – é a quantidade e não a qualidade. Temos a verdadeira “universidade operacional”, exatamente do jeito que a professora e filósofa Marilena Chauí denominou e definiu. Aliás, eu não vou aqui trazer as categorias que a Marilena formulou em sua análise. Vou sugerir e propor que todos os professores, diretores, estudantes e servidores leiam, examinem e discutam o escrito de Marilena Chauí - “A universidade operacional”. Leiam, também, outro escrito da professora Marilena, que pode contribuir muito – se lido, examinado e discutido – para uma análise da universidade que temos, universidade que não queremos e universidade que queremos e precisamos construir coletivamente uma universidade democrática e crítica. O é: “Universidade – Por que e Como Reformar”?

Bem, vou encerrar com Ítalo Calvino: prefiro a leveza dos pássaros à leveza das penas.

Recebido em: 29/01/2014

Approved para publicação em: 14/11/2014